

Luçio Flavio Pinto

Discutir Tucuruí antes que tarde

Os rios são considerados, geralmente, a melhor e mais barata fonte de energia. Além da vantagem econômica, eles seriam capazes de gerar energia com o menor dano possível. É uma imagem geralmente aceita, mas ela quase sempre ignora ou subestima os problemas causados pela produção de hidreletricidade. A Amazônia, que parece destinada a transformar-se em província energética, nacional e internacional, precisa começar a refletir com maior cuidado e profundidade sobre o aproveitamento energético dos seus rios. Certamente vai perder nas relações de troca (exportando energia embutida em lingotes de alumínio, enquanto compra laminados do metal, por exemplo) e poderá sofrer conseqüências extremamente negativas na sua ecologia.

Já estão suficientemente conhecidas as modificações hidrológicas, geológicas, paisagísticas e humanas causadas pelos represamentos dos rios. Mas ainda há uma enorme relutância em minimizá-las. Cada barragem exige um estudo específico de suas conseqüências, apesar das indicações teóricas e genéricas existentes na (ainda diminuta) bibliografia especializada. Prevalece a visão distorcida de considerar hidrelétricas pelo obtuso prisma de obras de engenharia, destinadas fundamentalmente à produção de energia. Todas as outras dimensões e seus impactos sócio-ambientais ficam em segundo plano, quando não completamente obscurecidos.

Estamos assistindo à consumação desses erros, em grande escala, na represa de Tucuruí. Ela está em construção há mais de sete anos, antecedida pelos estudos técnicos e de viabilidade econômica. Mas continua sendo um enigma para os paraenses, algo como as pirâmides do Egito. A nove meses do início do enchimento do reservatório, é obrigação das instituições representativas da sociedade paraense promover um amplo e intensivo programa de debates e esclarecimentos sobre a obra, cobrando os esclarecimentos e as garantias necessárias.

Não faltam temas para um encontro dessa natureza — e nenhum deles constitui temática acadêmica. Ao contrário, são questões práticas, algumas delas dramáticas. Um roteiro mínimo para programação desse tipo deveria incluir pelo menos os seguintes pontos:

1 — Análise das modificações ambientais causadas pelo represamento. As hidrológicas são múltiplas e nem sempre podem ser evitadas, assim como as geológicas. Mas um bom estudo do sítio pode prevenir surpresas e atenuar aspectos negativos, principalmente sobre a paisagem, a fauna e a flora.

2 — Conseqüências da não remoção da cobertura vegetal e medidas para evitar a degradação das características físicas e químicas e da qualidade da água. A preocupação deve ser menos a de rememorar a lamentável participação da Agropecuária Capemi do que verificar o que será feito até o enchimento e, a partir daí, no zoneamento das margens do lago. Sabe-se que existem proprietários projetando o aproveitamento das terras marginais ao reservatório.

3 — Plano de salvamento da fauna e da flora. Há divergências entre os grupos técnicos e científicos que se manifestaram até agora: uns pensam apenas no salvamento durante o enchimento, outros exigem um manejo completo da fauna. Há os que restringem-se aos vertebrados e os que querem abranger os invertebrados. Alguns se satisfazem com o apoio governamental até o início da operação da usina, mas outros querem aproveitar a oportunidade para realizar um verdadeiro trabalho científico, importante sobretudo após o salvamento, quando será preciso catalogar e analisar as coleções formadas.

4 — Operação do reservatório. São constantes as denúncias de que os nossos reservatórios não são operados por medelos matemáticos perfeitamente calibrados, reduzindo a margem de segurança quanto à vazão de água, causa de muitos problemas a jusante e a montagem da barragem.

5 — Sistema de transposição. É o nó górdio para o aproveitamento múltiplo da barragem. O governo, que gastará sete bilhões de dólares na obra, alega não dispor de US\$ 180 milhões para concluir o sistema de transposição. Enquanto isso, investe US\$ 2,5 bilhões na ferrovia Carajás-Ponta da Madeira. O problema pode não ser exatamente falta de recursos, mas falta de vontade. Quanto custará deixar para depois a transposição? Quem vai se dispor a realizar essa obra? Se não aproveitarmos a ocasião, daremos atestado de incompetência, insensibilidade e burrice. Quem viver, verá.

6 — Plano de proteção e aproveitamento da faixa marginal do lago e da introdução da piscicultura. O Pará não pode dar-se ao luxo de esperar pelos benefícios exclusivos da energia, que está em boa parte comprometida com os grandes projetos econômicos. Precisa desenvolver outras atividades complementares.

7 — Tucuruí e os futuros aproveitamentos hidrelétricos na Amazônia. Há três em andamento e mais três projetados. Que lições foram tiradas de Tucuruí?

Ou preferimos esperar pelos próximos erros?